

# SISTEMA CAPITALISTA, NOVAS TENDÊNCIAS GLOBAIS E A POSTURA DE MOÇAMBIQUE: TEMOR PELAS INCERTEZAS OU CONTROLANDO O SEU DESTINO?

Salim Cripton Valá

## INTRODUÇÃO

A economia global está a viver um momento conturbado, em que se registam perturbações na “velha ordem internacional” e está-se a alterar a configuração do sistema capitalista e a forma como ele é percebido em vários quadrantes do mundo. Essas metamorfoses alteram a forma como encaramos os assuntos e os fenómenos globais, geram nova roupagem e dinâmica no sistema capitalista, mas afecta igualmente a vida sócio-económica e política das Nações, das famílias e dos indivíduos.

Uma questão importante que serviu como pano de fundo para esta reflexão é perceber se as alterações no sistema capitalista e a turbulência global podem dar origem, em Moçambique, ao temor, receio e apatia perante as incertezas e riscos existentes, ou se esses eventos e fenómenos podem induzir a que o País possa abrir uma nova página marcada pelo esforço de controlar mais e melhor o seu destino.

Há vários especialistas que advogam que o sistema capitalista e a globalização tem vencedores e perdedores, e que os países do centro (Europa Ocidental, América do Norte, Japão e, mais recentemente, os novos países industrializados e os países emergentes) têm estado a obter vantagens na ordem económica internacional estabelecida no pós-II Guerra Mundial, em virtude da adopção das regras da economia de mercado e do sistema democrático, do uso da ciência e tecnologia e da abertura ao exterior, da transformação estrutural das economias, da promoção de exportações e da aposta na industrialização (Lopes, 2020; Wolf, 2008; Stiglitz, 2002; Mações, 2018; Harvey, 2011).

Tem sido pouco frequente referir-se às vantagens de que os Países Ocidentais beneficiaram com a colonização, a emigração de europeus para a América do Norte devido à reforma e contra-

-reforma religiosa<sup>1</sup>, e também a influência da geografia, de índices elevados de poupança e o seu investimento produtivo, do papel do Estado e do contributo determinante das instituições (Acemoglu & Robinson, 2013; Banerjee & Duflo, 2020; North, 1990; Kaplan, 2022; Piketty, 2014; Chang, 2007; Valá, 2021; Marshall, 2017).

O argumento de Chang (2002) que defende que os países ricos estão a chutar para longe as escadas que eles próprios usaram para subir na fase inicial do seu processo de desenvolvimento, agindo como maus samaritanos, tem sido ventilado já há pelo menos duas décadas por académicos e especialistas em assuntos de desenvolvimento, políticos de países em desenvolvimento e representantes da sociedade civil. As vozes críticas aos países ricos e às organizações por eles controladas, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio (OMC), já ocorrem também no passado, mas foram significativamente ampliadas com o advento do conflito entre a Rússia e a Ucrânia, desde Fevereiro de 2022, e o consequente reforço da NATO, que já foi considerada em 2019, pelo Presidente francês Emmanuel Macron, como estando em “morte cerebral”. É um facto que o conflito na Ucrânia gerou um debate sobre a necessidade de estabelecimento de uma nova ordem internacional (entenda-se multipolar), e que se fala mais do Grupo dos Países Emergentes constituído por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS), dos pedidos de adesão ao bloco<sup>2</sup>, do fortalecimento do Novo Banco de Desenvolvimento (Banco dos BRICS), da necessidade de usar outras moedas nas transacções comerciais entre países e da influência crescente da Organização para a Cooperação de Shanghai.

Este artigo argumenta que estão em curso alterações profundas no sistema capitalista nas últimas décadas, que estão a alterar os pilares da ordem económica estabelecida, havendo muito questionamento sobre a relevância e a imparcialidade de instituições como o FMI, Banco Mundial e a OMC, e o papel dos países ricos que detêm o poder decisório nessas instituições. Essas críticas não deixam de lado a Organização das Nações Unidas (ONU), por não estar a conseguir manter a paz mundial e a estabilidade, nem a conseguir combater com eficácia a pobreza, a fome e as crescentes desigualdades sociais e territoriais, e que a intervenção relevante e oportuna de um Estado de desenvolvimento com políticas assertivas e endógenas pode contribuir para manter a estabilidade política, a coesão social, a prosperidade económica e a conservação ambiental em Moçambique.

<sup>1</sup> A Reforma Religiosa deu-se durante o século XVI na Europa, tendo provocado a dispersão da população, que outrora estava ligada à Igreja Católica, passando para outras religiões também cristãs, mas que não se submetiam aos dogmas católicos e à autoridade do Papa de Roma. A Contra-reforma religiosa, por sua vez, foi a reacção da Igreja Católica em face do avanço do protestantismo pela Europa, e deu-se por meio de uma série de acções realizadas pela Santa Sé, que incluíam a catequização de pessoas por meio de jesuítas, a reactivação do tribunal da inquisição, a proibição de circulação de certos livros, etc, tendo levado muitos europeus a abandonarem a Europa e a refugiarem-se na América, por exemplo.

<sup>2</sup> Há indicações de que países como a Arábia Saudita, Irão, Argentina, Emirados Árabes Unidos, Argélia, México, Egipto, Bahrein, Indonésia, Nigéria, Etiópia, entre outros, manifestaram interesse em fazer parte dos BRICS.

O percurso de desenvolvimento de Moçambique nos quase 49 anos de independência sinaliza, como hipótese, que o País poderá continuar atolado e cair na armadilha de agir reactivamente às incertezas, receios e riscos perante as mudanças de grande vulto que estão a ocorrer, mais do que aproveitar as oportunidades existentes para conduzir uma agenda desenvolvimentista rumo ao progresso e prosperidade da Nação nos próximos 25 anos. Aproveitar as oportunidades existentes num contexto de mudanças paradigmáticas na economia do desenvolvimento vai exigir um Estado forte, muito menos dependente do exterior e com maior capacidade e autonomia de conceber e implementar uma agenda de desenvolvimento económico compreensiva, inclusiva, de longo prazo e sustentável, ou seja, uma ruptura com a prática desenvolvimentista do passado, de muita dependência e subserviência, e fraco controlo do seu destino.

Além da introdução, este documento aborda o sistema capitalista e o mercado livre, refere-se ao papel do Estado no desenvolvimento económico, explana sobre a trajectória turbulenta e imprevisível da globalização económica no presente século, disserta sobre as vantagens competitivas de Moçambique num contexto global eferescente e termina com uma sinopse.

## SISTEMA CAPITALISTA, MERCADO LIVRE E OS SEUS RESULTADOS

Numa conversa com dois amigos, em torno de vários assuntos relacionados com diferentes ciências, três temas polarizaram a nossa atenção, a saber: i) qual o modelo de desenvolvimento mais sustentável que poderia ser adoptado por países com as características de Moçambique; ii) o que se pode dizer sobre o futuro do sistema capitalista, tendo em conta os sinais da crise económica, pandemia da COVID-19 e o conflito no Leste Europeu, e; iii) que tendências globais se estão a desenhar actualmente, e como Moçambique pode aproveitar as oportunidades existentes e contornar os obstáculos no seu percurso. Como era de esperar, não chegámos a nenhuma conclusão, mas valeu por termos identificado alguns pontos de análise, que passaram a ser preocupações minhas no inter-cruzamento das fronteiras disciplinares ligadas a geografia económica, relações internacionais e da economia do desenvolvimento. Este artigo é o resultado de um exercício de análise provisória sobre um assunto complexo, com múltiplas nuances e, certamente, muito escorregadio, sobretudo devido aos desenvolvimentos nos últimos anos.

Os tempos que nos aguardam no futuro serão radicalmente diferentes dos que vivemos no passado. Os impérios, dinastias, Estados-Nações ou países dominantes sempre tiveram a sua ascensão e declínio num grande ciclo clássico que produz oscilações entre períodos pacíficos e prósperos, de grande criatividade e produtividade, que melhoram bastante o nível de vida das pessoas, e períodos de depressão, revolução e guerra, em que há muita luta pelo poder e riqueza, assim como destruição de riqueza, da vida e de outras coisas que estimamos. Como bem refere Dalio (2021:17), «*nenhum sistema de governo, nenhum sistema económico, nenhuma*

*moeda e nenhum império duram para sempre, embora praticamente toda a gente seja surpreendida e fique arruinada quando estes fracassam».*

Friedman & Friedman (2012) defendem que a liberdade para perseguir os seus próprios interesses, limitada apenas pela concorrência, permite produzir resultados superiores aos que poderiam ser alcançados através da regulação pública e planeamento, dando fundamento às políticas adoptadas por Ronald Reagan e Margareth Thatcher, com ênfase no indivíduo e na meritocracia. As empresas estão na base do capitalismo, e o seu único objectivo é fazer lucro. Não obstante as críticas devido à obsessão pelo lucro e pelo facto de a principal credencial do capitalismo de aumentar crescentemente os padrões de vida de todos ter sido posta em causa, autores como Friedman & Friedman (2012) e Collier (2019) acreditam que é o único sistema económico que demonstrou ser capaz de se auto-regenerar, apesar de se reconhecer a crescente disparidade<sup>3</sup>, ao longo do tempo, entre os muito ricos e os que estão na base da pirâmide social, como apresentado na Tabela 1.

Países	1980	2015
EUA	41	138 (2010)
UE	24	32
China	12	47
Ásia, excluindo o Médio Oriente	38	66
Mundo	100	108

Fonte: Mahbubani, 2020:227.

Hoje é comumente aceite que os mercados, isoladamente, dificilmente podem alcançar a prosperidade partilhada e sustentável, assim como uma sociedade menos dividida e uma economia com mais equidade geram melhor desempenho na governação económica e social. Sob o ponto de vista teórico, tem sido questionada a economia do “*trickle-down*”, ou de gotejamento, que defende que se a economia crescer todos sairão beneficiados (Fukuyama, 1992; Friedman & Friedman, 2012 e Friedman, 2005). Na prática, isso não acontece, pois crescimento económico a qualquer custo não gera empregos nem renda acrescida para as famílias, além de que agrava as desigualdades sociais e cria o ambiente para a instabilidade social. Frequentemente, governos comprometidos com o bem-estar da população recorrem

<sup>3</sup> Wolf (2008), por exemplo, reconhece que o capitalismo e a economia de mercado são vitais para gerar aumentos sustentados de prosperidade, proporcionando os alicerces de democracias liberais estáveis e dando aos seres humanos a oportunidade de procurarem aquilo que desejam na vida. O autor considera que a persistência da pobreza e das desigualdades, tem mais que ver com a fragmentação política e a forma como a classe política tem gerido os assuntos das nações, e não pelas fragilidades intrínsecas do sistema capitalista e da economia de mercado.

a uma combinação equilibrada entre mercados privados e intervenção do Estado, onde a acção governamental deve ser orientada para estabelecer uma economia eficiente e estável, com crescimento rápido e inclusivo e que permita assegurar que os frutos do crescimento são partilhados de forma justa entre os distintos segmentos da sociedade.

Os resultados positivos da adopção de políticas capitalistas e orientadas para o mercado, na procura de mais estabilidade, bem-estar e progresso para a maior parte da população da Nação, continuam ainda por alcançar, e não é um objectivo irrealizável ou uma utopia se se tiver em conta a realidade de países como Singapura, Coreia do Sul, Maurícias, Malásia, Tailândia, entre outros que, em 30 a 40 anos, libertaram as forças de mercado, reforçaram o Estado e calibraram o sistema capitalista à realidade sócio-económica e política da Nação, e geraram bem-estar e prosperidade para a população.

## FALHAS DE MERCADO EXIGEM ESTADOS FORTES

Os países mais bem-sucedidos em termos de implementação de estratégias de desenvolvimento económico, advoga Stiglitz (2019), são aqueles que encontraram boas respostas para as questões ligadas a “falhas de mercado” e “falhas de governo”, fortalecendo os Estados, tornando o seu funcionamento eficaz e dando espaço amplo para o desenvolvimento do sector privado. A perspectiva muito disseminada de que o Estado não é “*capaz de escolher vencedores*”, que é desajeitado, burocrático, sem mobilidade, inábil para assumir riscos empreendedores e ineficiente como gestor de negócios, deve ser encarada com relutância. Mazzucatto (2013) tem uma visão diferente, ao defender que o Estado, desde que seja um Estado forte e organizado eficientemente, não pode ser nem um simples “intruso”, não pode ser visto como um “guarda nocturno” nem pode ser encarado como um mero facilitador do crescimento económico sendo, em contrapartida, um parceiro estratégico do sector privado na criação de emprego e riqueza, e em geral é mais ousado e disposto a assumir riscos que as empresas normalmente não assumem. A autora refere que a presença do Estado está presente mesmo num dos “campeões do liberalismo” (os EUA), bem patente nos produtos inovadores da Apple, nas “tecnologias limpas” e na indústria farmacêutica, onde o sector privado só apostou depois de o Estado ter feito investimentos de grande magnitude, mais ousados e de maior risco.<sup>4</sup>

Esse debate antigo, com réplicas em vários países, foi instigado pela noção de “*mão invisível*” de Smith (2017), que argumentou que ao serem deixados por sua própria conta os mercados capitalistas auto-regulam-se, o que levou à redução do papel do Estado, que deveria limitar-se à criação de infra-estruturas básicas (escolas, hospitais, estradas, água) e a garantia de que

<sup>4</sup> Os mitos e equívocos sobre o papel do Estado no desenvolvimento económico, mesmo nas economias desenvolvidas, é bem tratado por Mazzucatto (2013).

a propriedade privada, a confiança e a segurança fossem cuidadas e protegidas.<sup>5</sup> Já Polanyi (2021) mostrou que a auto-regulação do mercado é um mito sem sustentação nas origens históricas do mercado, e que o livre mercado muito ficou a dever ao intervencionismo do Estado para corrigir as falhas que o próprio mercado entregue à sua sorte vai ocasionando vezes sem conta. Keynes (1992) advogava que os mercados capitalistas precisavam de ser constantemente regulados, apostando nos gastos governamentais para estimular a demanda e estabilizar a economia. A História ensinou que não existe uma receita prescritiva para cada país aferir o nível de balanceamento entre o mercado e a iniciativa privada, por um lado, e o papel do Estado e a intervenção pública, por outro. Para países como Moçambique, com níveis de pobreza significativos, e reduzida exposição aos mercados globais, uma intervenção ampla e abrangente do Estado é uma exigência para garantir a estabilidade sócio-económica e obter maiores ganhos no comércio internacional.

A Tabela 2, que compara alguns indicadores económicos, mostra como a situação económica de África e da Ásia Oriental era similares em 1970, mas enquanto a Ásia Oriental deu um “grande salto”, a evolução em África foi muito lenta e marcada por avanços e retrocessos.

**TABELA 2: ÍNDICES ECONÓMICOS DE ÁFRICA E ÁSIA ORIENTAL.**

Índices	1970	1980	1990	2000	2010
<b>África</b>					
PIB nominal <i>per capita</i> (\$US)	246	900	780	740	1,701
Quota da Produção mundial (%)	2,75	3,65	2,22	1,85	2,73
Quota nas exportações mundiais (%)	4,99	5,99	3,02	2,31	3,33
<b>Ásia Oriental</b>					
PIB nominal <i>per capita</i> (\$US)	335	1,329	3,018	4,731	8,483
Quota da Produção mundial (%)	9,83	12,94	18,14	21,53	20,69
Quota nas exportações mundiais (%)	2,25	3,74	8,06	12,02	17,8

Fonte: Roque, 2019:150.

O tecido da sociedade global está a ser dilacerado por muros (não de blocos e betão), por fronteiras sociais e fossos profundos, que trazem novas ansiedades e novos ódios, e as bases da ansiedade e resignação são geográficas, educativas, económicas e morais. Na América do Norte, Europa Ocidental e Japão, as áreas metropolitanas estão a destacar-se do resto do território, criando uma fronteira entre a cidade e o campo, gerando uma forte diferenciação

<sup>5</sup> Ha-Joon Chang, reputado economista sul-coreano e professor de Cambridge, refere que o mercado livre não existe, e que todo e qualquer mercado opera segundo determinadas regras e limitações, que restringem a liberdade de escolha. A pretensão de alguns economistas em defender o mercado de interferências do Governo é falaciosa, pois um Estado responsável sempre está envolvido nos processos de desenvolvimento, em maior ou em menor grau, tendo em conta as circunstâncias concretas de cada país e do período histórico [Cf. Chang (2014)].

mesmo entre os cidadãos das metrópoles dinâmicas, tendo em conta o nível de renda. Hoje, já ninguém duvida que a globalização deslocalizou para a Ásia muitos dos postos de trabalho semiqualeificados e as inovações tecnológicas fizeram a sua parte no que diz respeito ao desemprego (Valá, 2021b).

A crise financeira de 2008-2009 deixou bem claro que o desempenho económico do capitalismo se deteriorou, enquadrando-se numa espiral de pessimismo que remonta dos anos 1970, e que tem vindo a crescer lentamente. A ansiedade, a fúria, o ressentimento e o desespero estão a afectar parte significativa das populações das Nações, em particular os jovens e os que têm menos qualificações, e isso está a abalar as suas convicções políticas, a confiança no Governo e a confiança uns nos outros. Foi esse sentimento que levou à presidência Donald Trump e Jair Bolsonaro, fez o Brexit vencer no Reino Unido, e tem estado a fazer emergir posturas nacionalistas (e também populistas) em países como a Turquia de Erdogan, a Rússia de Putin, a China de Xi Jinping, entre outros. É interessante constatar que os países bem-sucedidos em termos de implementação de estratégias de desenvolvimento económico, desde os anos 1960-70 do século xx, como os “Tigres Asiáticos”, e posteriormente os “Países Emergentes” (os BRICS, mas também países como Turquia, Indonésia, Vietname, México, Argentina, e outros) fizeram uma combinação adequada de intervenções levadas a cabo por Estados fortes com a necessidade de libertar e dar impulso as forças do mercado, como, por exemplo, estabelecer um adequado ambiente de negócios, assegurar o funcionamento do sistema de administração da justiça, facilitação de procedimentos para abrir um negócio, mecanismos de financiamento acessíveis e com custos comportáveis para as distintas actividades económicas, entre outros.

## INCERTEZA E PREOCUPAÇÃO DOMINAM A TRAJECTÓRIA DA GLOBALIZAÇÃO NO SÉCULO XXI

Apesar das mudanças rápidas em curso, há muitas pessoas que não entenderam que, na primeira década do século XXI, o mundo deu uma forte guinada no seu curso normal, ou seja, foi um “ponto de viragem histórica”, similar ao que ocorreu por volta de 1820. Na verdade, até antes de 1820, a China e a Índia tinham sido das maiores economias do mundo, e só depois foram ultrapassados pela Europa e, de seguida, pelos Estados Unidos. Há indicações de que a parcela ocidental da economia mundial está a diminuir, e tudo sinaliza que esse processo é inevitável e imparável. Isso é protagonizado por “sociedades não ocidentais” que aprenderam a reproduzir as melhores práticas ocidentais assentes na razão, na ciência e na tecnologia.

Os últimos anos foram marcados por uma recuperação económica em 2021, logo após os efeitos da COVID-19, mas em 2022, houve uma desaceleração especialmente nos países avançados, e um ritmo de crescimento mais elevado nas economias emergentes. A tendência de crescimento do PIB piorou em 2023, sobretudo nos países avançados, mas com

um crescimento significativo na Índia, China e na África Subsaariana. A nítida queda do crescimento nos países ricos do Ocidente e no Japão, bem patente na tabela 3, coincide com a turbulência global, a crise do sistema capitalista e o questionamento da ordem económica internacional estabelecida (incluindo a crítica ruidosa às “Instituições de Bretton Woods”), da emergência de conflitos geoestratégicos que colocam em causa os pilares da paz global e do “Consenso de Washington”, bem como o surgimento em força dos “*Emergentes do Sul Global*” que questionam de forma mais aberta a “*inevitabilidade da hegemonia do Ocidente*”.

**TABELA 3: PROJEÇÃO DO PIB GLOBAL 2022-2023.**

Região	Realizado	Projeção		Diferenças com WEO de Jul/22	
	2021	2022	2023	2022	2023
Economia Mundial	6,0	3,2	2,7	0,0	-0,2
Avançadas	5,2	2,4	1,1	-0,1	-0,3
EUA	5,7	1,6	1,0	-0,7	0,0
Zona Euro	5,2	3,1	0,5	0,5	-0,7
Alemanha	2,6	1,5	-0,3	0,3	-1,1
Japão	1,7	1,7	1,6	0,0	-0,1
Reino Unido	7,4	3,6	0,3	0,4	-0,2
Emergentes e em Desenvolvimento	6,6	3,7	3,7	0,1	-0,2
Brasil	4,6	2,8	1,0	1,1	-0,1
Índia	8,7	6,8	6,1	-0,6	0,0
China	8,1	3,2	4,4	-0,1	-0,2
África Subsaariana	4,7	3,6	3,7	-0,2	-0,3
África do Sul	4,9	2,1	1,1	-0,2	-0,3

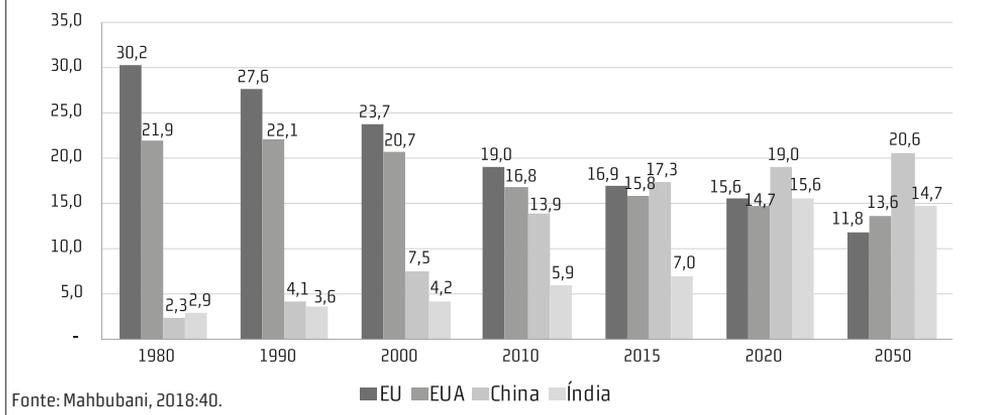
Fonte: FMI, 2022:9.

É um facto que, nas últimas duas décadas, muito do crescimento mundial que outrora era apanágio das “*velhas e consagradas democracias liberais do Ocidente*” – tendo no centro os países ricos e industrializados (o denominado G7: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido), passaram a ser o Grupo dos 7 Emergentes (denominado E7: Brasil, China, Índia, Rússia, Indonésia, México e Turquia). Segundo Mahbubani (2018), em 1995, o G7 contribuiu para o bolo da economia mundial com 45,3 %, enquanto o E7 detinha 22,6 %; já em 2015, o G7 contribuiu com 31,5 %, e o E7 com 36,3 %. Há previsões que em 2050, a percentagem do G7 desça para os 20 % e a contribuição do E7 suba para quase 50 % em termos de paridade de poder de compra (PPC). Esse argumento do autor fá-lo prever o seguinte:

*«Não é inevitável que seja a China a liderar o mundo, embora seja inevitável que ela venha a deter a maior economia do planeta. Também não é inevitável que os últimos dois séculos do domínio ocidental sobre a história da humanidade sejam substituídos por dois séculos de domínio asiático, embora seja inevitável que a percentagem asiática do PIB mundial venha a superar a do Ocidente.*

*Espera-nos um inevitável futuro conturbado se o Ocidente não se conseguir libertar dos seus impulsos intervencionistas, se recusar reconhecer a sua nova posição ou se decidir enveredar pelo caminho do isolacionismo e protecționismo» (Mahbubani, 2018:126).*

**GRÁFICO 1: PERCENTAGEM DO PIB MUNDIAL (ESTIMATIVA PARA 2050).**



Segundo as previsões de Mahbubani (2018), mas também do *The Economist* (2012), a economia chinesa vai ter o maior peso no PIB global, em resultado da redução da contribuição da União Europeia e dos EUA, tendo em conta que a Índia está a ter um crescimento impressionante desde 2015. Portanto, caso não ocorram factores que possam alterar os pressupostos de base, os países emergentes serão os dinamizadores da economia global nas próximas décadas, liderados pela China, mas que vão participar, além dos BRICS, países de diferentes geografias como o México, Turquia, Indonésia, Malásia, Nigéria, Etiópia, Filipinas, Vietname, Tailândia, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Egipto, entre outros. Essa previsão vem bem expressa no Gráfico 1, em que os dois emergentes (China e Índia<sup>6</sup>) apresentam melhor desempenho que as duas zonas geográficas que foram muito dinâmicas desde a fim da II Guerra Mundial até ao início do século XXI (EUA / Canadá e a União Europeia).<sup>7</sup>

Durante a “Guerra Fria” o adversário de eleição dos EUA era a URSS, mas depois da queda

<sup>6</sup> A Índia já é o país mais populoso do Mundo, com 1,4 mil milhões de pessoas, tendo ultrapassado a China ainda durante o ano 2023, além de ser a “maior democracia do mundo”. Segundo previsões do Banco Americano Morgan Stanley, em 2027, a Índia tornar-se-á a terceira maior economia do mundo, ultrapassando a Alemanha e o Japão, e estima-se que continue a crescer mais rapidamente do que outras grandes economias durante a maior parte do século XXI, em virtude da sua população numerosa e jovem, em contraste com as populações mais velhas e em declínio da China, da Europa Ocidental e, provavelmente, dos EUA.

<sup>7</sup> Kissinger (1994) previu que o sistema internacional do século XXI seria dominado por seis potências principais, nomeadamente os EUA, União Europeia, China, Japão, Rússia e Índia. Segundo o *The Economist* (2012), os EUA serão o único membro do actual G7 que se qualificará como uma das sete maiores economias mundiais. Os restantes países poderão ser superados pela China, Índia, Brasil, Rússia, Indonésia e México, portanto superando países como o Japão, Alemanha, Grã-Bretanha e França.

do “Muro de Berlim” e do desmoroamento do “Império Soviético”, a Rússia ficou seriamente fragilizada para fazer frente ao seu arqui-rival e, diga-se, os EUA contavam com aliados de peso como os países do bloco da NATO e a União Europeia, sem contar com outras Nações como o Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Taiwan, Japão, Coreia do Sul, Singapura, entre outros. Esse período de claro domínio americano ficou bem expresso na “*tese do fim da história*”, de Fukuyama (1992). Segundo o autor, duas poderosas forças da história humana, nomeadamente a lógica da ciência moderna e a luta pelo reconhecimento, conduziram ao colapso das ditaduras de direita e de esquerda e impeliram as sociedades para a democracia capitalista liberal, encarada como o estágio final do processo histórico.

Fukuyama defendia que nos últimos anos da “Guerra Fria” se havia gerado um consenso notável quanto à legitimidade da democracia liberal como sistema de governo, à medida que esta triunfava sobre as ideologias rivais, como a monarquia hereditária, o fascismo e o comunismo. Ficando na “zona de conforto” e concentrados em festejar a vitória, os EUA não apenas deixaram de “gerir com prudência uma Rússia muito debilitada e também humilhada e com ressentimento”, como não deram atenção ao emergir gradual da China como potência mundial em ascensão.<sup>8</sup>

A tese de Huntington (2010) de que a política mundial está a ser reconfigurada na base de linhas culturais e civilizacionais, e que os conflitos mais abrangentes, importantes e perigosos vão ter lugar entre diferentes entidades culturais e civilizacionais deve ser encarada com muita atenção. Será que o conflito entre Israel e Palestina e entre Rússia e Ucrânia, ou a tensão entre a China e Taiwan, não tem em conta o “choque de civilizações” entre, por um lado, a civilização judaico-cristã, e por outro, civilizações árabes, eslavas e chinesa, em que o território da Ucrânia e Taiwan são apenas o palco de conflitos civilizacionais mais amplos? Segundo (Huntington, 2010:32-33):

*«O Ocidente é e continuará a ser por muitos anos a civilização mais poderosa. Contudo, seu poder em relação ao de outras civilizações está declinando. À medida que o Ocidente tenta impor seus valores e proteger seus interesses, as sociedades não ocidentais se defrontam com uma escolha. Algumas tentam emular o Ocidente e a ele se juntar ou “atrelar-se” a ele. Outras sociedades confucianas e islâmicas tentam expandir seu próprio poder económico e militar para resistir e para “contrabalançar” o Ocidente. Desse modo, um eixo central da política mundial pós-Guerra Fria é a interação do poder e da cultura ocidentais com o poder e a cultura de civilizações não ocidentais. [...]*

*Os padrões predominantes de desenvolvimento político e económico diferem de uma civilização para outra. As questões-chave do cenário internacional envolvem diferenças entre civilizações.*

<sup>8</sup> Chomsky (2007), por exemplo, refere que, no início do século XXI, os EUA procurou manter a hegemonia através da ameaça ou do uso da força militar para garantir os seus interesses ou para dissuadir os seus potenciais adversários. A nova doutrina de segurança nacional preconizava um mundo unipolar, no qual os EUA não tinham concorrência. Segundo o autor, a nova estratégia deixava o mundo mais perigoso e dividido, e os EUA menos seguros.

*O poder está-se deslocando da civilização ocidental que há tanto tempo predomina para civilizações não ocidentais. A política mundial tornou-se multipolar e multicivilizacional.»*

Será que não é essa leitura que mantém os conflitos entre Israel e a Palestina, a crise na península da Coreia, as “dores de cabeça” que o Irão representa para os EUA, e mais recentemente o conflito na Síria, e entre a Ucrânia e a Rússia e entre China e Taiwan? Se se tiver em conta a situação do terrorismo, com a “Al Qaeda” de Ossama Bin Laden, o Estado Islâmico, “Boko Haram”, a Guerra no Afeganistão, Iraque, a Primavera Árabe (na Tunísia, Líbia, Egipto), o conflito no Yémen, Sudão e Somália, em todos os casos notou-se a omnipresença dos EUA como “Polícia do Mundo” e o interesse em impor os seus valores e em fazer prevalecer os seus interesses.<sup>9</sup>

Com 4 % da população do mundo, depois da Segunda Guerra Mundial, os EUA detinham cerca de 50 % do PIB global, e durante a “Guerra Fria”, o PIB da União Soviética nunca se aproximou do PIB dos EUA, alcançando apenas 40 % no seu auge. Por sua vez, em 1950, em termos de PPC, os EUA detinham 27,3 % do PIB mundial, enquanto a China detinha apenas 4,5 %. Em 1990, no final da “Guerra Fria”, os EUA detinham 20,6 % e a China 3,86 %. Já em 2018, os EUA detinham 15 %, enquanto a China tinha 18,6 %, ou seja, nesse aspecto crucial, os EUA já estavam em segundo lugar. No entanto, os americanos têm um rendimento nominal *per capita* de 62 641 dólares, sendo seis vezes maior do que o da China, ou seja, de 9771 dólares (Mahbubani, 2020). A população chinesa é de cerca de 1,4 mil milhões de habitantes, enquanto a americana é de 330 milhões, isto é, a China tem cerca de 4 vezes a população dos EUA. Na verdade, actualmente os EUA estão num conflito com uma forte potência militar e nuclear que é a Rússia (no que respeita à guerra com a Ucrânia), e uma acesa disputa comercial, tecnológica e económica com uma potência económica em expansão, que é a China, mas com um espaço territorial de ebulição, que é Taiwan. Na óptica de Mahbubani, uma das armas poderosas dos EUA são a sua moeda, o dólar, que é praticamente indispensável para o comércio e para as transacções financeiras ao nível global<sup>10</sup>, e também o facto de actuarem, quase sempre, com base em alianças sólidas com os seus parceiros ocidentais da NATO.

Desde Fevereiro de 2022, muito se tem falado da Rússia e do seu líder, Vladimir Putin, e não pelos melhores motivos. A razão principal é por ter iniciado um conflito com um país vizinho – a Ucrânia –, tendo esse conflito resultado na morte de muitas pessoas, destruição de

<sup>9</sup> A história ensinou-nos que há cinco principais tipos de guerras, nomeadamente as comerciais/económicas, as tecnológicas, as geopolíticas, as do capital e as militares.

<sup>10</sup> Foi graças aos grandes sucessos globais dos EUA que o dólar americano se tornou a moeda de reserva dominante a nível mundial, o que permitiu aos americanos pedir demasiado dinheiro emprestado ao resto do Mundo (incluindo à China), o que colocou esses países na posição frágil de detenção da dívida de um país excessivamente endividado, que está rapidamente a aumentar e a monetizar a sua dívida, e que paga taxas de juro reais significativamente negativas aos detentores da sua dívida. Sendo a moeda dominante no comércio, fluxos de capital e reservas mundiais, o dólar americano colocou os EUA na posição invejável de ser capaz de imprimir o dinheiro mundial, impor sanções aos seus inimigos, e actualmente tem um leque diversificado de sanções que corporizam o arsenal de armas que mais usam.

bens e infra-estruturas e gerado uma crise humana de grandes proporções, afectando também as cadeias de produção e distribuição de alimentos, combustíveis e fertilizantes, e abalando a correlação de forças ao nível global. A Rússia tem 15 milhões de quilómetros quadrados de extensão, abrange 15 fusos horários, faz parte da Europa e da Ásia, possui duas vezes a extensão dos EUA ou da China, cinco vezes a extensão da Índia e 25 vezes a do Reino Unido. Todavia, tem uma população relativamente pouco numerosa, de cerca de 144 milhões de habitantes, inferior à da Nigéria ou do Paquistão.

Apesar de 75 % do seu território se situar na Ásia, incluindo importantes riquezas minerais e hidrocarbonetos, só 22 % da sua população vive nesse continente, não sendo uma efectiva potência asiática. Segundo Marshall (2017), o importante “ponto de fricção” entre a Rússia e a Ucrânia é a possibilidade real dos EUA e o Ocidente controlarem o governo ucraniano e poderem usar esse território para tornar mais vulnerável a segurança da Rússia, dado que sob esse espaço geográfico, a Rússia, e particularmente Moscovo, tem reduzida “profundidade estratégica”. A grande extensão de terreno plano que forma a planície do Norte europeu e eliminando a zona tampão que representa o actual território da Ucrânia, a Rússia sentiu-se “desrespeitada como potência militar global” e avançou para a Península da Crimeia, primeiro, e mais recentemente para a Ucrânia, mostrando que estava disposta a defender militarmente o que encara como os seus interesses no “exterior próximo”, e transmitindo ao Mundo que, quando confrontada com algo visto como uma ameaça existencial, uma grande potência reserva-se ao direito de usar a força para se impor.

A crise na Ucrânia pôs de novo o Mundo na onda da história criada em Agosto de 1914 e durante a II Guerra Mundial, em que a Alemanha e a Rússia tiveram alguns dos embates mais sangrentos. Já durante a “Guerra Fria”, os EUA e o Ocidente enfrentaram a Rússia no quadro da URSS, e actualmente os EUA e o Ocidente enfrentam a Rússia na Ucrânia. Os problemas antigos de “integrar a Rússia na Europa Transatlântica”, a expansão da NATO após a desintegração da URSS e a forma humilhante como foi tratada na “era pós-Muro de Berlim”, e a vulnerabilidade geográfica de Moscovo por não ter “suficiente profundidade estratégica”, não deram muitas alternativas à Rússia, caso quisesse continuar a “manter influência na sua região geográfica tradicional”, senão avançar para o conflito. O combate está a ser travado directamente entre a Rússia e a Ucrânia, mas indirectamente entre os EUA, o Ocidente e a Rússia, e há vários especialistas que reconhecem que se a NATO fosse inactiva ou se se fracturasse, significaria praticamente uma vitória de Vladimir Putin, como aconteceu com a Península da Crimeia, em 2014. Kaplan (2022:15-16) faz-nos recordar que:

*«(...) não foi um acontecimento internacional que pôs termo à Guerra Fria, a qual, pelo contrário, terminou em função da política interna. A União Soviética começou a desmoronar-se por dentro a partir do fim da década de 1980. (...) Pode tudo depender da saúde política interna da Rússia,*

*da China e das Nações do Ocidente. As tensões políticas no interior das sociedades ocidentais estão à vista; as da Rússia e da China são mais opacas, porque se trata de sociedades autoritárias. De momento, porém, muito dependerá da OTAN e da medida em que a aliança conseguir manter a sua unidade momentânea.»<sup>11</sup>*

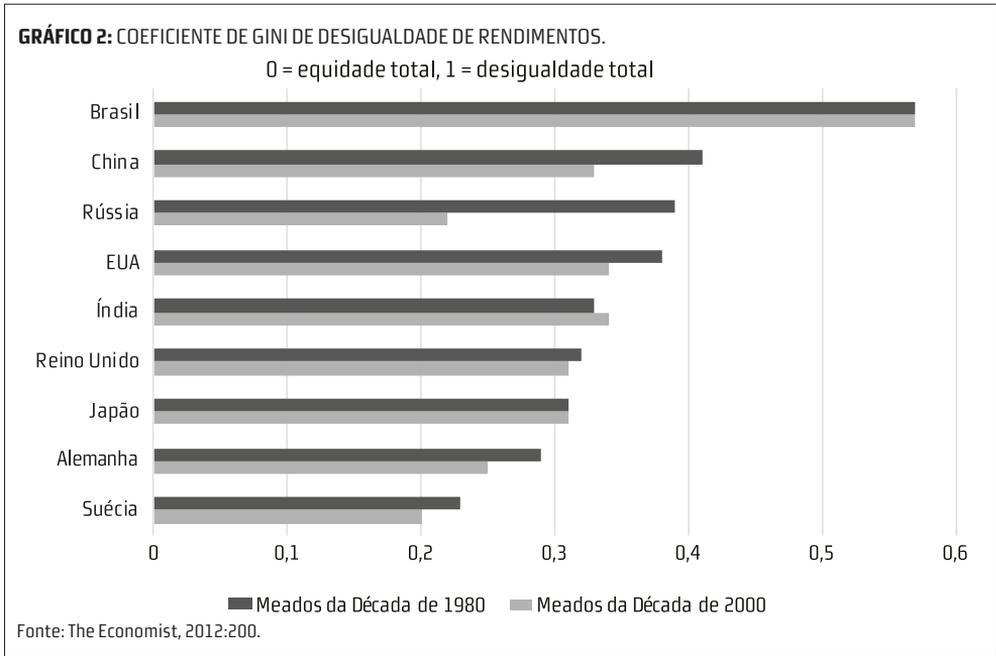
Como é possível constatar, esse conflito geoestratégico global não vai ser decidido nos próximos dias ou semanas, na medida em que a crise na Ucrânia (e, por extensão, a crise de Taiwan), terá naturalmente sucessivas fases de arrastamento, em que outras regiões como o Médio Oriente ou grupos de países (como os BRICS, os da América Latina ou os países africanos) poderão influenciar as tendências do conflito e os seus resultados.

Por vários motivos, a China assume-se já como uma potência global e em franco crescimento. A sua influência económica é planetária, o seu crescimento económico acelerado e robusto gerou recursos para reduzir a pobreza da sua população, implantar infra-estruturas modernas, equipar adequadamente o seu exército, apostar na economia do conhecimento e projectar o seu poder pelos “quatro cantos do mundo”, incluindo por via da Iniciativa da “Nova Rota da Seda”, assente na edificação de grande rede de infra-estruturas de transporte (portos, rodovias e ferrovias) conectando os continentes para o escoamento dos produtos, lançada em 2013. A China tem um enorme mercado interno, uma localização geográfica que permite controlar as principais linhas marítimas de comunicação que ligam oceanos e continentes, tem frente para o Pacífico Ocidental e tem profundidade em terra que chega à Ásia Central, rica em petróleo e gás natural.

Um aspecto importante que o Gráfico 2 expõe é que os países emergentes, no geral, têm um nível de desigualdade de rendimentos elevado, mesmo se comparado aos países industrializados, e essa desigualdade tem estado a reduzir mais lentamente, com excepção da Rússia. A longo prazo, e se não forem tomadas medidas de políticas assertivas, as desigualdades de renda elevadas podem afectar o ritmo e a qualidade do crescimento.

---

<sup>11</sup> Foi interessante acompanhar a rebelião promovida pelo líder do Grupo Wagner, Yevgeny Prigozhin, gerando um ambiente tenso no dia 24 de Junho de 2023, tendo em conta o actual estágio do conflito entre a Rússia e a Ucrânia e o facto da Rússia possuir capacidade nuclear só equiparável aos EUA, o que adensou as preocupações no caso de uma guerra civil ou golpe de estado.



Como foi possível assinalar, o mundo tem vindo a trilhar caminhos turbulentos que estão a redesenhar o conceito de capitalismo como o conhecíamos, altera a natureza e características da globalização e provoca tensões e crispações geoestratégicas, radicalizando as posições de alguns dos mais poderosos actores na economia global. É natural que isso possa gerar não apenas alterações na correlação de forças ao nível do poder global, mas também provoque consequências imprevisíveis e incertezas e riscos em países pobres, Nações ainda com elevada dependência dos países ricos, que não lograram fazer a transformação estrutural das suas economias e, por consequência, muito vulneráveis aos choques externos e perante a volatilidade dos preços das mercadorias no mercado internacional. É sobre Moçambique, as suas vantagens, oportunidades, desafios e o “posicionamento estratégico” do País que vamos abordar na parte que se segue.

## AS VANTAGENS COMPETITIVAS DE MOÇAMBIQUE NUM MUNDO DE ELEVADA PLASTICIDADE

A conquista da liberdade e da independência política do País, em 1975, abriu novas e boas perspectivas para a emancipação económica da “Jovem Nação”, que foram contrariadas por factores como as calamidades naturais, a desestabilização do País pelos regimes minoritários e a conseqüente guerra interna, as contradições práticas do modelo adoptado e as incompreensões das políticas de desenvolvimento, o abandono do País de quadros qualificados do aparelho

de Estado, a sua substituição por quadros sem experiência adequada e até casos de clara sabotagem por parte dos colonos antes de abandonarem o País. O Governo respondeu a essas adversidades com a abertura económica, acordo com as Instituições de “*Bretton Woods*”, negociações com a RENAMO, alteração da Constituição da República, abertura política ao multipartidarismo e realização das primeiras eleições multipartidárias em 1994. O programa de reconstrução e as estratégias de combate à pobreza implementados desde 1995, permitiram implantar infra-estruturas básicas e estabilizar a situação sócio-económica, particularmente nas zonas rurais, tendo levado o País a abrir-se mais ao mundo e mostrar que Moçambique estava preparado e tinha o clima económico apropriado para acolher investimento estrangeiro. Foi assim que projectos como a MOZAL e a SASOL foram implementados e provaram que o País tinha condições para acolher iniciativas económicas de grande envergadura (Valá, 2009). A localização geoestratégica de Moçambique fá-lo ser uma verdadeira “*Pêrola Valiosa no Índico*”, com uma superfície de 799 380 km<sup>2</sup>, cerca de 32,4 milhões de habitantes, com uma linha de costa de perto de 2770 km e 36 milhões de hectares de terra arável, em que menos de 20 % são cultivados. Cerca de 66 % da população vive nas zonas rurais, 79 % da população tem entre 0 e 34 anos de idade, perto de 70 % depende da agricultura para a sua subsistência e reprodução social, e a agricultura contribui com cerca de 25 % para o PIB nacional, além de que mais de 98 % do tecido empresarial é constituído por Micro PME’s, e a taxa de crescimento populacional está no patamar de 2,7 % (Valá, 2021c). Esses indicadores dão conta que o País terá de continuar a investir pesadamente nas áreas rurais, na agricultura, no apoio às Micro PME’s e nos jovens.

Mas Moçambique não tem só boas notícias ou perspectivas promissoras para o seu desenvolvimento económico. Se aos dados acima acrescermos o índice de pobreza a situar-se em 43 %, a taxa de desemprego estando ao nível de 17,5 %, a desnutrição crónica com a cifra de 38 %, a população analfabeta em 44,9 %, a população que usa *internet* na banda de 23 % e que beneficia da energia em 44,5 %, a taxa de bancarização a situar-se em 34,5 %, a inclusão financeira no nível de 48 % e a capitalização bolsista em % do PIB no patamar de 25,55 % (MEF, 2023; Banco de Moçambique, 2023; Banco de Moçambique, 2023b; INE, 2023; BVM, 2022; Governo de Moçambique, 2021a; Valá, 2022), por si só essas métricas dão conta que é necessário continuar a apostar no combate à pobreza, no desenvolvimento do capital humano, na implantação de infra-estruturas de comunicação, no aumento da produtividade na economia, nas tecnologias e na expansão dos serviços financeiros.<sup>12</sup>

A recuperação económica acelerou, tendo o crescimento económico atingido 4,1 %, em 2022, apesar da deterioração da economia mundial. A agricultura e os serviços tiveram um bom desempenho, graças à maior produtividade agrícola e ao pleno restabelecimento da

<sup>12</sup> Dados do Instituto Nacional de Estatística, do Banco de Moçambique e da Bolsa de Valores de Moçambique, referentes a Junho de 2023.

mobilidade após a pandemia da COVID-19. O aumento da procura externa e dos preços dos principais produtos de exportação de Moçambique, com destaque para o carvão e o alumínio, forneceram o ímpeto adicional à recuperação económica. O impacto macroeconómico mais vasto decorrente do conflito entre a Rússia e a Ucrânia foi mitigado pelos fracos laços comerciais e de investimento entre Moçambique e a Rússia e a Ucrânia, bem como pelos preços mais elevados dos principais produtos de exportação do País.

A inflação atingiu o pico dos últimos cinco anos com o aumento global dos preços dos combustíveis e dos alimentos, e as condições meteorológicas adversas reduziram a produção doméstica de alimentos. A inflação global atingiu 9,8 %, em 2022, impulsionada pela inflação dos alimentos. O Banco Central reagiu ao aumento de inflação, aumentando consistentemente as taxas de juro directoras. A restrição monetária tem limitado o crescimento do crédito e colocou as taxas de juro reais de Moçambique entre as mais altas da região. As elevadas taxas de juro reais são também reflexo de um sector financeiro pouco desenvolvido, de um baixo nível de poupança, de poder de mercado dos investidores institucionais, e do aumento do endividamento interno público (Banco Mundial, 2023; Valá, 2022).<sup>13</sup>

Para o Banco Mundial (2023), as perspectivas a médio prazo são positivas, ainda que sujeitas a substanciais riscos de revisão em baixa. Espera-se que o crescimento acelere a médio prazo, atingindo 6 % em 2023-2025, impulsionado pela contínua recuperação dos serviços, aumento da produção de GNL, e preços elevados das matérias-primas. O crescimento do PIB, em 2023, foi de 5,01 %, contra 4,16 % registado em 2022, a inflação média anual foi de 7,13 %, representando uma desaceleração de 3,17 pontos percentuais face à inflação de 10,3 % registada em 2022, e as Reservas Internacionais Líquidas (RIL) permitiram cobrir 4,3 meses de importação de bens e serviços não factoriais, excluindo as importações dos grandes projectos (Governo de Moçambique, 2024).

Embora o MEF (2023), no Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP) 2024-2026, previsse que a economia pudesse crescer 7 % em 2023, dois pontos percentuais acima do objectivo do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado para 2023 (Governo de Moçambique, 2021), essa previsão não se efectivou, mas mantém-se, no PESOD 2024, a estimativa de uma taxa de crescimento de 5,5 %, não obstante a prevalência de riscos e incertezas no médio prazo, prevendo-se que a inflação desacelere para um dígito (7 %) a médio prazo, e as RIL permitam fazer a cobertura de 3 meses de importação de bens e serviços não factoriais, excluindo os megaprojectos (Governo de Moçambique, 2023).

<sup>13</sup> No Comité de Política Monetária realizado a 31 de Maio de 2023, o Banco de Moçambique (2023c) decidiu pela manutenção das taxas de juros de política monetária em 17,25 %, aumentou os coeficientes de reservas obrigatórias de 28 % para 39 % em moeda nacional, e de 28,5 % para 39,5 % em moeda estrangeira; reconheceu que persistem riscos e incertezas subjacentes às projecções de inflação, que em Abril de 2023 reduziu para 9,6 %, mantendo a perspectiva de inflação no médio prazo num dígito; referiu que a dívida pública interna se agravou e sinalizou que o crescimento económico será moderado.

No entanto, riscos substanciais de revisão em baixa poderão reduzir o crescimento do PIB a médio prazo, para 4,5 %. Os principais riscos decorrem de desastres climáticos e dos riscos de segurança no Norte de Moçambique, que podem atrasar ainda mais a retoma do projecto de GNL liderado pela *TotalEnergies*. As persistentes pressões sobre os preços dos alimentos e dos combustíveis resultantes de um conflito prolongado na Ucrânia e no Médio Oriente poderão levar a mais restrições monetárias, retardando a recuperação económica. Além disso, a problemática na implementação da reforma na tabela salarial do Estado tem estado a exacerbar as pressões fiscais e a exigir um melhor alinhamento e convergência entre a política fiscal e a monetária.

**TABELA 4: PRINCIPAIS INDICADORES MACROECONÓMICOS DE MOÇAMBIQUE (2016-2023).**

<b>Principais Indicadores Macroeconómicos de Moçambique</b>	<b>2016 Real</b>	<b>2017 Real</b>	<b>2018 Real</b>	<b>2019 Real</b>	<b>2020 Real</b>	<b>2021 Real</b>	<b>2022 Real</b>	<b>2023 Real</b>	<b>2024 Proj</b>
Taxa de Crescimento Real (%)	3,8	3,7	3,4	2,3	-1,2	1,1	4,15	5,1	5,5
Taxa de Inflação Média Anual (%)	19,6	15,1	3,9	2,78	3,14	4,16	10,28	7,13	7,0
RIL (Meses de Cobertura de Importação)	3,6	7,3	6,8	6,7	6	6	3	4,3	3,0
Exportações (USD Milhões)	3460,3	4725,3	3872	4718	3588	5579	6058,1	5935,6	9703
Importações (USD Milhões)	4814	3751,5	4483,3	6799	5883	7387	10839	6569,9	10414
Investimento Directo Estrangeiro (USD Milhões)	3093,4	2293,1	4483,3	2211,7	2264	1555,2	...	2364	...
Receitas do Estado (MT Milhões)	165 595	231 750	211 922	276 431	236 322	127 422	283 143	326 257,9	383 537,5
População (Milhões de Habitantes)	26,4	27,1	27,9	28,5	29,3	30,8	31,6	32,4	33,2

Fonte: Governo de Moçambique, PESOE (2017; 2018; 2019; 2020; 2021b; 2022; 2023; 2024).

Apesar da desaceleração do crescimento do PIB desde 2016, da contracção económica no ano 2020 (-1,2 %), e do aumento da inflação e redução das RIL, as perspectivas económicas nacionais para o médio prazo são positivas, apontando para a consolidação do processo de recuperação económica. Essa tendência dos indicadores macroeconómicos, bem ilustrada na tabela 4, tem implicações na contracção do financiamento, afectam os grupos sociais de baixa renda e agravam a vulnerabilidade da dívida pública. Responder a esses desafios requer conter a despesa pública, garantir a sustentabilidade fiscal e mobilizar mais receitas internas, reduzir as taxas de juros, manter a inflação na banda de um dígito, prosseguir na melhoria do ambiente de negócios e incrementar significativamente a produtividade e a competitividade da economia. As empresas nacionais não terão êxito se não basearem as suas estratégias na melhoria e na

inovação, numa disposição de competir e no conhecimento realista de seu ambiente nacional e internacional, e de como melhorá-lo permanentemente. Os governos devem fixar, através de um processo de planeamento participativo, as metas adequadas – de forma indicativa, e não imperativa, como ocorre numa economia de planificação centralizada – das áreas económicas em que o País tem maior vantagem competitiva, das indústrias mais dinâmicas, dos índices de produção e produtividade, num diálogo e concertação entre os diversos actores económicos, que sustenta a prosperidade económica a longo prazo. Frequentemente, as empresas bem-sucedidas concentram-se em determinadas cidades ou regiões dentro do País, constituindo “Clusters”, ou seja, um aglomerado de empresas que operam em um sector ou área geográfica específica, e que estão interconectados e colaboram entre si para obter vantagens competitivas. A visão de Porter (1993:80-81) mostra a relevância das circunstâncias nacionais no êxito das empresas nacionais no contexto global, nos seguintes termos:

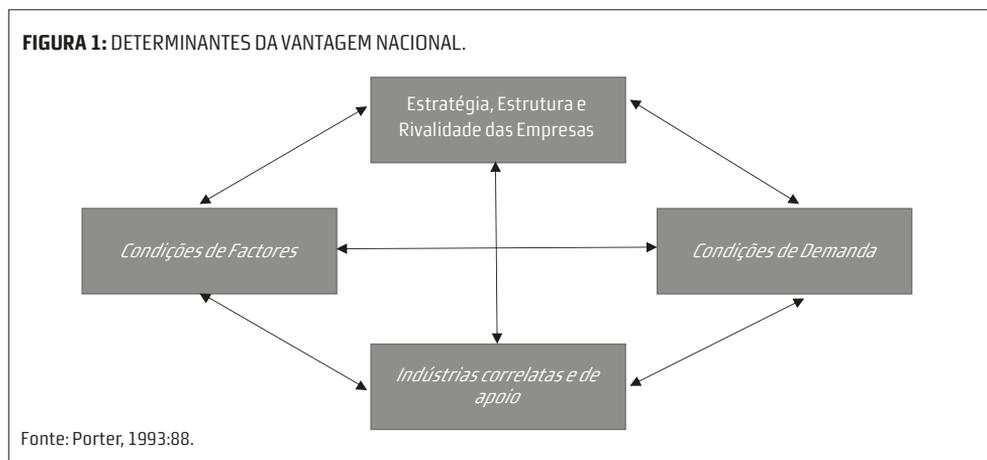
*«(...) Os países têm êxito quando o ambiente nacional permite, de maneira excepcional, que as empresas identifiquem novas estratégias de competir numa indústria. Os países têm êxito quando as circunstâncias locais proporcionam às empresas o estímulo para adoptar essas estratégias sem demora e agressivamente. Os países fracassam quando as empresas não recebem os sinais adequados, não sofrem as pressões acertadas e não têm a capacidade necessária.*

*A manutenção da vantagem competitiva por muito tempo exige que suas fontes sejam melhoradas. Para tanto, são necessários tecnologia, conhecimentos e métodos mais sofisticados e investimento constante.*

*Os países têm êxito em indústrias onde as vantagens locais são valiosas em outros países e onde suas inovações e melhorias antecipam as necessidades internacionais. O êxito da competição internacional exige que as empresas traduzam as posições internas em posições internacionais. Isso permite que as vantagens do país sejam aumentadas e reforçadas por uma estratégia global.»*

A citação acima enfatiza a necessidade de o sector privado estar devidamente articulado com o Estado para a exploração das vantagens competitivas do País, que a actividade de dar respostas às demandas internas do País não deve perder de vista a necessidade de reforçar a capacidade de competir além fronteiras, e que é fundamental olhar com prioridade para o papel promotor do Estado, a necessidade de crescente conhecimento, tecnologias e investimentos para viabilizar a internacionalização das empresas nacionais. As vantagens competitivas nacionais e a sua projecção internacional precisam de fazer parte de um processo premeditado de planeamento, de concepção e implementação de estratégias de industrialização compreensivas, de criação de condições para satisfazer a demanda, de agrupamento de indústrias da mesma área (Clusters Industriais) e que beneficiam de serviços de apoio ao desenvolvimento de negócios

e de condições de factores que permitam competir com vantagem na região e no globo. Esses aspectos vêm bem reflectidos na Figura 1, sobre as determinantes da vantagem nacional.



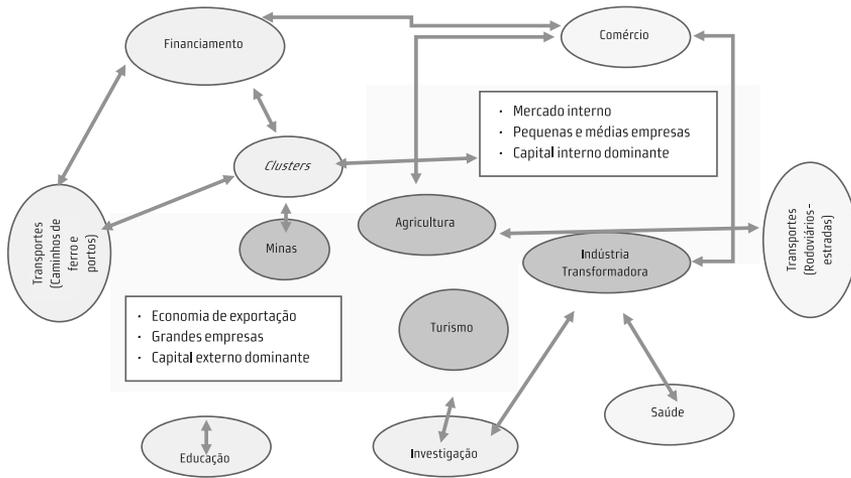
Actualmente tem-se propalado aos quatro ventos que o gás natural da Bacia do Rovuma vai retirar Moçambique da situação de pobreza e elevar o nível de desenvolvimento humano, como se esse recurso fosse a “*tábua de salvação da Nação*”. As elevadas expectativas criadas em torno do gás não devem impedir que enxerguemos que Moçambique é muito mais que gás natural, e também muito mais que carvão mineral, areias pesadas, rubis, grafite, pedras preciosas, mármore e ouro. Moçambique é o país do algodão, da castanha de cajú, do chá e do coco, do gergelim, do tabaco, da macadâmia, da pera abacate, da soja, do feijão bóer, do arroz, do milho, da mandioca, da carne de boa qualidade, é o país de praias belas e do turismo para os diferentes gostos e bolsos.

A nossa Nação não tem como não tirar proveito dos Corredores de Desenvolvimento servindo a integração territorial do País e o “*hinterland*”, é também o país do peixe e do camarão saboroso, é o país do alumínio, é o país que tem a HCB e certamente é uma potência regional em termos energéticos, é um país de jovens podendo ainda explorar melhor o dividendo demográfico, é um país de florestas de grande valor económico, com elevada biodiversidade, é um país que pode ampliar significativamente as suas conexões comerciais com os países vizinhos e com condições apropriadas para estabelecer uma diversificada indústria transformadora. E o potencial económico não se resume ao que foi dito neste parágrafo, sobretudo se se explorar plenamente as sinergias a estabelecer no entrecruzamento entre a economia, a cultura e a história, a população jovem, a exploração racional e sustentável dos recursos naturais, a inclusão e participação activa dos cidadãos num projecto de responsabilidades partilhadas, onde as tecnologias e os serviços financeiros podem lubrificar ainda mais as engrenagens económicas.

Impulsionar a produtividade agrícola é, na óptica de Lopes (2020), o caminho mais apropriado para enveredar pela transformação estrutural da economia, e a aliança entre a agricultura e a industrialização é suportada na necessidade de modernizar e formalizar os sistemas económicos. O autor defende que a industrialização requer políticas industriais integradas, assegurando que seja uma prioridade nacional e não um assunto da alçada de um Ministério. Por outro lado, os Ministérios com pastas relacionadas com o desenvolvimento do capital humano não podem estar dissociados da centralidade das políticas económicas e não podem ser considerados como gastadores confinados à questão da protecção social. O sector da manufactura tem sido o motor do desenvolvimento económico na maior parte dos países desenvolvidos, e muito poucos conseguiram o seu desenvolvimento sem uma base industrial sólida. Moçambique tem muito a ganhar com a implementação de uma abrangente estratégia de industrialização, alinhada com a modernização da agricultura, sofisticação tecnológica e desenvolvimento de recursos humanos.

A política macroeconómica tem como finalidade a criação de condições para o crescimento económico estável e duradouro que beneficie os moçambicanos, preserve o ambiente, assegure a sustentabilidade da exploração dos recursos naturais, garanta a democracia e a liberdade dos cidadãos em ambiente de estabilidade política e social. Os diversos instrumentos de planeamento e gestão macroeconómica devem ser aplicados de forma coordenada entre si, e devem ser convergentes com os objectivos de desenvolvimento, o que pressupõe o devido alinhamento entre as políticas fiscal, orçamental, monetária, cambial, comercial, entre outras dimensões, incluindo os incentivos para a modernização e competitividade dos sectores produtivos e de serviços, ambiente de negócios, padrão de acumulação, as políticas de preços e mercados, entre outros aspectos. Tendo em conta a sua importância actual e o potencial de dinamizar a economia no futuro, os sectores produtivos de bens materiais prioritários são: i) agricultura, pescas e segurança alimentar; ii) indústria transformadora, com ênfase para a alimentar e de bebidas, têxtil, construção civil, gráfica e de papel e metalo-mecânica; iii) exploração mineral, hidrocarbonetos e energética, e; iv) turismo. Essas áreas deverão ser suportadas por serviços de saúde, educação, infra-estruturas de transporte e comunicações (estradas, caminhos de ferro, portos, aeroportos, telecomunicações, *internet*, etc.), infra-estruturas institucionais, comércio e financiamento, conforme expresso na Figura 2.

**FIGURA 2: SECTORES PRODUTIVOS DE BENS MATERIAIS E SECTORES DE SERVIÇOS PRIORITÁRIOS.**

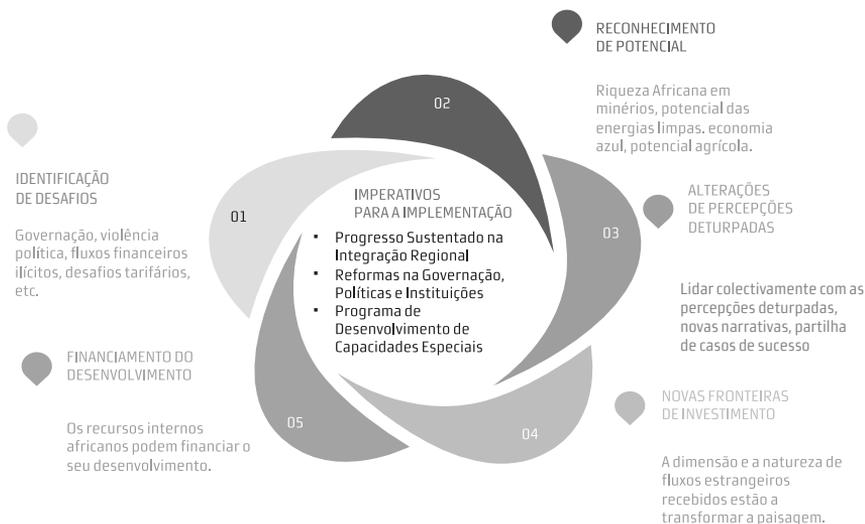


Fonte: Comitê de Conselheiros, 2013:110.

Quer o Banco Mundial (2023), quer o FMI (2022) enfatizam que Moçambique deve apostar num novo paradigma de desenvolvimento baseado em fontes diversificadas de crescimento, produtividade e emprego, fortemente influenciado pelos resultados modestos das estratégias de combate à pobreza implementadas no passado, pelo facto de a economia estar muito concentrada e dependente dos grandes projectos de capital intensivo e porque mais de meio milhão de pessoas entram na força de trabalho todos os anos. O forte desempenho do crescimento nas últimas décadas ajudou a reduzir a pobreza, ainda que a um ritmo desigual e em paralelo com um aumento da desigualdade. O crescimento beneficiou principalmente quem se encontrava no topo da distribuição de rendimentos, com o coeficiente de Gini a subir de 47 % para 56 %, entre 2002 e 2015. Este padrão deve-se, em parte, à forte dependência da indústria extractiva, com fracas ligações à economia em geral, e à baixa produtividade no sector agrícola, o principal meio de subsistência dos pobres.

Tendo feito um esforço de não ficar bloqueado perante a “*armadilha do diagnóstico*”, procurou trazer-se algumas ideias que possam ajudar a influenciar o futuro, começando com a análise da situação actual e os desafios para o futuro, a avaliação e o reconhecimento do potencial económico e social, a consciência da existência de narrativas deturpadas, a necessidade de alterá-las de forma urgente e o imperativo de agir em consonância com as novas narrativas mais realistas, bem como as novas fronteiras de investimento e o financiamento ao desenvolvimento, que poderão alterar o panorama económico dos países africanos num processo conduzido pelos próprios africanos, conforme explicitado na Figura 3.

**FIGURA 3: OS 5 EIXOS DE ACÇÃO PARA ALTERAR AS CIRCUNSTÂNCIAS E OS ESFORÇOS INDIVIDUAIS PARA A TRANSFORMAÇÃO SUSTENTÁVEL.**



Fonte: Lopes & Kararach, 2022:307.

A actual estratégia de crescimento de Moçambique tem sido particularmente limitada na sua capacidade de gerar empregos produtivos e de aumentar significativamente a produtividade nas actividades que a maioria das famílias pobres desenvolvem (agricultura, pescas e pequenos negócios), numa lógica fundamentalmente de subsistência, com pouca redundância e só marginalmente integradas no mercado. A percentagem de emprego na agricultura caiu de 83 %, em 1997, para 70 %, em 2020, tendo a maior parte da mão-de-obra passado para o sector de serviços. No entanto, embora os serviços tenham oferecido uma via mais ampla para o emprego não-agrícola, o sector é fortemente dominado por actividades informais. Numa perspectiva de futuro, o crescimento sustentado, de base ampla e inclusiva não ocorrerá com uma concentração apenas na indústria extractiva e na agricultura de baixa produtividade. Será necessário aumentar a produtividade nos serviços e estimular a formalização de empresas informais, reforçando ao mesmo tempo as ligações inter-sectoriais (Valá, 2021b; Banco Mundial, 2023; FMI, 2022).<sup>14</sup>

As vantagens competitivas do País no contexto da globalização económica estarão dependentes da forma como Moçambique vai formular e implementar o modelo de desenvolvimento que traga estabilidade política e social, permita gerar prosperidade económica, valorize a sua cultura e proteja o ambiente. O paradigma de desenvolvimento deve ser sustentável nas diversas perspectivas e, por isso, deve estar orientado para dentro (endógeno), fortalecendo o capital

humano e as instituições, deve estar voltado para resolver os principais problemas enfrentados pela população, usar racionalmente os recursos disponíveis, e promover mais participação, liberdade, bem-estar e gerar felicidade. Essa visão e modelo de desenvolvimento já foi bem tratado por vários autores, que combina competência, meritocracia, comprometimento, primazia do interesse nacional, que possa cristalizar uma «*empreitada de desenvolvimento clara e consistente, inclusiva, criativa e transformativa, pragmática e de longo prazo*».<sup>15</sup>

## NOTAS FINAIS

A situação que Moçambique atravessa não é motivo para alarme, para “lançar a toalha ao chão” e muito menos para entrar em desespero ou descontrolo. Muitas sociedades experimentaram, em certos períodos da sua história, os seus próprios momentos de crise. Há crises de valores, pandemias, crescimento populacional, conflitos profundos e instabilidade, especulação financeira, fragilidades na educação, escassez energética, prevalência da pobreza, caos económico, estagnação cultural, fome e falta de acesso a bens elementares como água potável, saneamento e transporte adequado, interioridade<sup>16</sup> e maus vizinhos, calamidades naturais, conflitos éticos e religiosos, fortes divergências político-partidárias, elevado endividamento, desequilíbrios na balança comercial, má governação e maldição dos recursos naturais, entre outros factores. Por esse motivo, Sharma (2013:12) reconhece que «*ninguém é capaz de identificar ao certo qual a combinação exacta de motivos que fazem uma nação crescer ou deixar de*

<sup>14</sup> Apesar de o Governo ter definido como áreas de concentração da acção governativa a agricultura, turismo, energia, indústria e infraestruturas, uma análise dos resultados do processo de planeamento nos últimos nove anos levanta dúvidas sobre até que ponto os resultados alcançados com essa priorização foram positivos, apontando contrariedades como a crise económica global, a “crise das dívidas não declaradas” e o congelamento do apoio dos parceiros de cooperação, o efeito negativo dos eventos climáticos extremos e da pandemia da COVID-19 e a instabilidade no Centro do País e focos de terrorismo no Norte. O estudo de Mosca (2022) advoga que os objectivos das lideranças no País se resumem à manutenção do poder e ampliação de negócios. O autor refere que «*perante a pouca cultura empresarial, conhecimentos de gestão, das especializações técnicas e dos mercados (nacionais e internacionais), foram estabelecidas alianças com empresários e capital externo e com países que, sob a umbrela da cooperação e da solidariedade, buscavam condições de preferência na actuação das suas multinacionais e empresas. Gerou-se a indústria da corrupção aos diferentes níveis, cujos montantes envolvidos respeitam as hierarquias nas burocracias da Frelimo*» (Mosca, 2022:100). Não obstante, e apesar de a renda “*per capita*” não ter conhecido progressos significativos, o autor regista melhorias quantitativas nas áreas de saúde e educação, habitação, infra-estruturas de transporte, comunicações, acesso às novas tecnologias de informação, abastecimento de água e energia. Vide também Mosca (2020), Mussagy (2021), Valá (2019; 2021a; Valá, 2021b), e Castel-Branco (2022), sobre aspectos relacionados com o papel do Estado, gestão de choques externos, competitividade empresarial e como aproveitar as oportunidades oferecidas pela globalização.

<sup>15</sup> Vide Mosca (2020), Castel-Branco (2022), Valá (2017 & 2019), Mussagy (2021), Chang (2002), Sharma (2013), Lopes (2020) e Acemoglu & Robinson (2013).

<sup>16</sup> O conceito de interioridade foi usado por Paul Collier (2010), na sua obra *Os Milhões da Pobreza*, para referir-se a países sem acesso ao mar ou que se encontram praticamente cercados por um ou mais países. Um exemplo próximo desse tipo de países é o caso de Eswatini, localizado entre a RAS e Moçambique, não tendo acesso ao mar e isso dificulta as estratégias autónomas de promoção do comércio internacional.

*crescer. Não existe uma fórmula mágica, apenas uma longa lista de ingredientes (...)*<sup>17</sup>, enfatizando que na corrida pelo desenvolvimento económico é mais frequente verificarmos fracassos do que assistir a nações que cheguem ao topo.

A globalização económica tem o condão de, para alguns países, alterar a trajectória do crescimento económico, no sentido de ser mais inclusivo e pró-pobres, permitindo que as famílias de baixa renda tenham acesso aos activos económicos e aos mercados, a classe média cresça e se torne fundamental na sociedade e o desenvolvimento económico inclusivo proporcione à maioria da população bem-estar. Há ainda entraves de vulto, que não se restringem exclusivamente a Moçambique, como os ciclos de crescimento e recessão, os termos de troca do comércio internacional, o aumento da inflação, das taxas de juro e as taxas de câmbio, as medidas proteccionistas e os subsídios à exportação adoptados pelos países desenvolvidos, a problemática dos preços dos alimentos e dos combustíveis, a elevada informalidade económica, a questão do branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, entre outros aspectos.

É necessário e urgente elevar a capacidade do Estado, e dos seus governos, de implementar uma combinação adequada de medidas de políticas de curto, médio e longo prazo por forma a promover o crescimento económico inclusivo e sustentável e a criação de maior resiliência aos choques internos e externos. É nessa perspectiva que autores como Chang (2007), Lopes & Kararach (2022) e Valá (2017) reconhecem que um Estado de Desenvolvimento é o que estará melhor calibrado para liderar o processo de crescimento económico inclusivo, promoção da industrialização e transformação estrutural da maioria das economias africanas, e Moçambique precisa de um Estado forte e desenvolvimentista que seja o *pivot*, promotor e dinamizador por forma a que o País explore plenamente as oportunidades que se apresentam com a transformação paradigmática do sistema capitalista e as alterações que se vislumbram na ordem económica internacional prevalecente.

Estamos numa fase de transição paradigmática, em que todos os países enfrentam as consequências das megatendências globais, com destaque para as transformações demográficas, mudanças climáticas, disrupção tecnológica, crescimento da urbanização, ascensão da China (da Ásia e dos Países Emergentes) e deslocamento da hegemonia do Ocidente para o Oriente, crises económicas e financeiras cada vez mais frequentes e profundas, crises epidemiológicas, fenómeno da emigração ilegal, terrorismo transnacional e o seu financiamento, branqueamento de capitais e conflitos geoestratégicos de repercussão

<sup>17</sup> Dentre a longa lista de ingredientes estão: i) permitir o livre fluxo de bens, capital e pessoas; ii) encorajar a poupança e garantir que as instituições financeiras canalizem os recursos para investimentos produtivos; iii) impor o Estado de direito e proteger o direito à propriedade; iv) estabilizar a economia com défices públicos e comerciais baixos; v) manter a inflação controlada; vi) abrir as portas ao capital estrangeiro, sobretudo quando o mesmo assume a forma de tecnologia; vii) construir melhores estradas, redes de energia, transportes e comunicações, bem como hospitais e escolas, melhorando permanentemente os serviços prestados aos cidadãos, e; viii) alimentar adequadamente a população, em especial as crianças.

global.<sup>18</sup> Num mundo muito turbulento, de muita competição e conflitos, é fundamental ter um Estado empreendedor e desenvolvimentista, que possa liderar o processo de reformas e transformações nacionais que permitam Moçambique chegar aos 50 anos de independência com nova postura, novas ambições e que seja, efectivamente, um país melhor capacitado para gerar bem-estar, progresso e segurança ao Povo, e seja visto no exterior como uma Nação que sabe o que quer, sabe onde quer chegar e está a movimentar-se inteligentemente para alcançar os objectivos grandiosos da Nação.<sup>19</sup>

O Estado deve estar preparado para trabalhar num novo contexto global agitado, deverá aprender a “relacionar-se mais amigavelmente” com o sector privado, a sociedade civil e a academia, e “abrir uma nova página” na relação com os Partidos da Oposição, pois “*só raramente há bom governo quando a oposição é frágil, é pouco actuante e sente-se marginalizada e acantonada*”. Uma agenda de desenvolvimento, de responsabilidades partilhadas, tem de ser construída e implementada com sabedoria, criatividade, inclusão, sentido de Estado e de natureza intergeracional, pois sem paz e estabilidade não é possível promover desenvolvimento económico sustentável.

O sucesso dos países em termos de desenvolvimento económico está dependente de vários factores combinados, não sendo nem um processo linear e automático, nem livre de resistências e contrariedades. O nosso país ainda enfrenta, com preocupação, os problemas da pobreza, da fome, das desigualdades sociais, das assimetrias geográficas e de género e do desemprego, assuntos que o governo nacional, o sistema capitalista e a actual ordem económica internacional não conseguiram resolver cabalmente nos últimos quase 49 anos. Implementar, de forma criativa, pragmática e não dogmática os fundamentos do sistema capitalista e da economia de mercado, e fortalecer o Estado para conduzir uma “Agenda Nacional de Desenvolvimento Endógeno”, pode evitar cometer erros que no passado foram muito caros para o País e para a sua população.

Os pontos fracos e as oportunidades perdidas pela Nação, requerem “*um novo começo e abordagens de intervenção inovativas e arrojadas*”, assentes em: forte liderança e visão compreensiva e de longo prazo, bem como pessoas capacitadas a trabalhar em conjunto e orientadas para um grande objectivo nacional; educação relevante e de qualidade e fortemente conectada com as

<sup>18</sup> Há autores, como McRae (1994), que defendem que o enriquecimento não se resume a uma melhoria do nível de vida, comprar mais bens de consumo e gastar mais em saúde e educação, significando também poder, pois muda a ordem política do mundo. O século XX foi o “século americano”, pois o poder económico, capacidade militar e influência global trouxe-lhe o papel de líder na política global. Nos nossos dias, assistimos a um movimento lento, mas consistente, da transferência da hegemonia do Ocidente para o Oriente, e que depois de 2030 poderemos estar perante um novo cenário denominado o “século asiático”. Vide também *The Economist* (2012) e Wallace (1999).

<sup>19</sup> O actual cenário económico global exige ambição de propósitos e capacidade de implementação, visão de longo prazo e arrojo para executar políticas públicas transformativas e que sejam amigas do crescimento, produtividade, competitividade, ambiente de negócios e empregos. O relançamento saudável da economia terá de ser liderada pela industrialização e transformação estrutural da economia, investimento produtivo, promoção de exportações, expansão do consumo privado e alargamento do mercado interno, substituição de importações e ampliação da classe média.

demandas do sector produtivo e da sociedade; civismo e forte ética de trabalho; corrupção reduzida, respeito pelas regras e implantação do Estado de direito; um adequado sistema de alocação de recursos; ter um forte referencial sobre o pensamento global e procurar aproveitar as oportunidades que a globalização comporta.

É fundamental, igualmente, ter um inequívoco compromisso com a boa governação, a transparência, a meritocracia e o estímulo aos talentos; apostar no crescimento económico, ter uma elevada produtividade, crescente aumento dos rendimentos e possuir competitividade nos mercados nacionais, regionais e globais; fazer investimentos para melhorar as infra-estruturas, prover melhores serviços públicos aos cidadãos e potenciar a investigação para o desenvolvimento; ter políticas que não deixem para trás os pobres, que reduzam as gritantes desigualdades sociais e criem muitos empregos; apostar em novas tecnologias, na inovação e no empreendedorismo; ter sistemas judiciais e legislativo competente e actuante, um exército forte e forças de segurança e ordem pública eficaz para garantir a estabilidade, a paz e o respeito pela lei; ter uma moeda forte, estabilidade macroeconómica e um sistema financeiro promotor de negócios e favorável ao desenvolvimento económico.

Este exercício de reflexão e análise ensinou que não temos o poder, não temos a capacidade nem a influência necessárias para condicionar e domar os contornos do sistema capitalista e da ordem económica internacional estabelecida. Por conseguinte, é recomendável trabalhar nas variáveis e factores de natureza endógena para que Moçambique possa tirar vantagens económicas, políticas, sociais e reputacionais ao usar o sistema capitalista e a ordem económica internacional para seu próprio benefício.

Os sinais evidentes de transição paradigmática da ordem económica global e as mutações no sistema capitalista são desafios acrescidos para Moçambique, se pretende ser um país de renda média e com incremento significativo do índice de desenvolvimento humano nos próximos 25 anos, mas isso exigirá uma alteração revolucionária da gestão de processos políticos, económicos e sociais. Caso não sejam realizadas transformações profundas, o País poderá ficar atolado e preso nas armadilhas e teias paralisantes do “jogo económico global”, que remetem os fracos para uma posição marginal, não aproveitando devidamente as oportunidades que advêm de uma adequada integração no sistema capitalista e na globalização perdendo, por consequência, a possibilidade de controlar o seu destino para assim promover o bem-estar dos moçambicanos. A escolha do caminho de desenvolvimento a seguir é, e deve ser, dos moçambicanos, e temos de optar por gerir com inteligência e temperança os riscos, incertezas e os imprevistos, não deixando que o nosso destino fique em mãos alheias. Os próximos 25 anos serão um grande teste para avaliar a nossa visão, competência, capacidade, coragem e audácia de conduzir o nosso destino na trajectória da prosperidade económica, mas com estabilidade política e coesão social, e ter a criatividade e o pragmatismo de usar o sistema capitalista e a ordem

económica internacional para colocar os interesses de Moçambique e dos Moçambicanos em primeiro lugar.

O desenvolvimento sustentável de Moçambique não está, nem poderá estar, dissociado da forma como nos inserimos favoravelmente no sistema capitalista, da forma como calibramos internamente o sistema para servir o País e os seus interesses, e tenhamos um papel mais relevante na nova ordem económica internacional. Para isso, temos de munir-nos de uma visão consistente e ambição de criar algo com esforço próprio, ter gestores e cidadãos com ética, dar asas a esperança e construir a confiança tão necessária para consentir sacrifícios que nos conduzam a estar entre os melhores.

## REFERÊNCIAS

- Acemoglu, D. & Robinson, J. (2013). *Porque Falham as Nações: As origens do poder, da prosperidade e da Pobreza*. Lisboa: Temas & Debates.
- Banco Mundial (2023). *Actualidade Económica de Moçambique: Moldando o Futuro – O papel dos serviços no crescimento económico e geração de empregos*. Washington, D.C: Banco Mundial.
- Banerjee, A. & Duflo, E. (2020). *Boa Economia para Tempos Difíceis: As melhores respostas para os maiores problemas*. Lisboa: Actual Editora.
- BVM (2022). *Bolsa de Valores de Moçambique (2017-2022): Edificando um Mercado de Capitais Sustentável*. Maputo: BVM.
- Castel-Branco, C. (2022). Alternativas Africanas ao Desenvolvimento e ao Impacto da Globalização: Notas críticas soltas. In: C. Castel-Branco, R. Ali, S. Chichava, S. Forquilha, & C. Muianga (eds.). *Desafios para Moçambique 2022*. Maputo: IESE. pp. 457–467.
- Chang, H.-J. (2014). *23 coisas que nunca lhe contam sobre a economia*. Lisboa: Clube do Autor.
- Chang, H.-J. (2007). *Bad Samaritans: Rich nations, poor policies, and the threat to the developing world*. London: Random House.
- Chang, H.-J. (2002). *Kicking Away the Ladder: Development strategy in historical perspective*. London: Anthem Press.
- Chomsky, N. (2007). *Hegemonia ou Sobrevivência: O sonho americano de domínio global*. Mem Martins: Editorial Inquérito.
- Collier, P. (2019). *O Futuro do Capitalismo: Enfrentar as novas ansiedades*. Alfragide: Publicações Dom Quixote.
- Collier, P. (2010). *Os Milhões da Pobreza*. Alfragide: Casa das Letras
- Comité de Conselheiros (2013). *Agenda 2025: Visão e Estratégias da Nação (Revisão 2013)*. Maputo: Governo de Moçambique.
- Dalio, R. (2021). *Principles for Dealing with the Changing World Order*. New York: Avid Reader Press.
- FMI (2022). *World Economic Outlook: Countering the cost-of-living crisis*. Washington, D.C.: FMI.
- Friedman, T. (2005). *O Mundo é Plano: Uma breve história do século XXI*. Rio de Janeiro: Objectiva
- Friedman, M. & Friedman, R. (2012). *Liberdade para Escolher*. Alfragide: Lua de Papel.
- Fukuyama, F. (1992). *The End of History and the Last Man*. New York: Free Press.
- Governo de Moçambique (2017). *Plano Económico e Social e Orçamento do Estado*. Maputo: MEF.
- Governo de Moçambique (2018). *Plano Económico e Social e Orçamento do Estado*. Maputo: MEF.
- Governo de Moçambique (2019). *Plano Económico e Social e Orçamento do Estado*. Maputo: MEF.
- Governo de Moçambique (2020). *Plano Económico e Social e Orçamento do Estado*. Maputo: MEF.
- Governo de Moçambique (2021). *Plano Económico e Social e Orçamento do Estado*. Maputo: MEF.
- Governo de Moçambique (2022). *Plano Económico e Social e Orçamento do Estado*. Maputo: MEF.
- Governo de Moçambique (2023). *Plano Económico e Social e Orçamento do Estado*. Maputo: MEF.

- Governo de Moçambique (2024). Balanço do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado 2023. Maputo: MEF
- Harvey, D. (2011). *O Enigma do Capital: E as crises do capitalismo*. Lisboa: Editorial Bizâncio.
- Huntington, S. (2010). *O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Objectiva.
- INE (2023). *Síntese de Conjuntura Económica – IV Trimestre de 2022*. Maputo: INE.
- Kaplan, R. (2022). *A Vingança da Geografia*. Lisboa: Clube do Autor.
- Keynes, J. M. (1992). *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Editora Atlas.
- Kissinger, H. (1994). *Diplomacy*. New York: Simon & Schuster.
- Lin, J. (2011). *De Gansos Voadores para Dragões Líderes: Novas oportunidades e estratégias para a transformação estrutural dos países em desenvolvimento*. Maputo: 15.ª Palestra Anual da UNU-WIDER sobre “Economia: Uma Nova Abordagem Estruturalista / MPD”.
- Lopes, C. (2020). *Africa in transformation: Economic development in the age of doubt*. London: Palgrave Macmillan.
- Lopes & Kararach, G. (2022). *Mudança Estrutural em África: Percepções deturpadas, novas narrativas e desenvolvimento no século XXI*. Lisboa: Tinta da China Edições.
- Maçães, B. (2018). *O Despertar da EURÁSLA: Em busca de uma nova ordem mundial*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Mahbubani, K. (2020). *A China Já Ganhou?* Lisboa: Bertrand Editora.
- Mahbubani, K. (2018). *A Queda do Ocidente? Uma provocação*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Marshall, T. (2017). *Prisioneiros da Geografia*. Lisboa: Editora Desassossego.
- Mazzucatto, M. (2013). *The Entrepreneurial State: Debunking Public vs. Private Sector Myths*. London: Anthem Press.
- McRae, H. (1994). *The World in 2020. Power, Culture and Prosperity: A Vision of the Future*. New York: HarperCollins Publishers.
- MEF (2023). *Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP): Quadro macro-fiscal 2024-2026*. Maputo: Governo de Moçambique.
- Mosca, J. (2022). *ADN da FRELIMO: Poder e Dinheiro*. Maputo: CIP.
- Mosca, J. (2020). *Moçambique: COVID 19 em Contexto de Estado Frágil*. Maputo: Escolar Editora.
- Mussagy, I. H. (2021). *Economia de Moçambique e os Desafios da Nova Crise*. Maputo: Minervaprint.
- North, D. (1990). *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Piketty, T. (2014). *O Capital do Século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca.
- Polanyi, K. (2021). *A Grande Transformação: As origens políticas e económicas do nosso tempo*. Lisboa: Edições 70.
- Porter, M. (1993). *A Vantagem Competitiva das Nações*. Rio de Janeiro: Campus.

- Roque, F. M. (2019). *Uma Década de África: Um continente e os seus desafios actuais e futuros*. Alfragide: Texto Editores.
- Sharma, R. (2013). *Os Milagres Económicos do Futuro: Porque crescem umas economias e outras não?* Lisboa: Clube do Autor.
- Smith, A. (2017). *A Riqueza das Nações*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Stiglitz, J. (2002). *Globalização: A grande desilusão*. Lisboa: Terramar Editores.
- Stiglitz, J. (2019). *Pessoas, Poder e Lucro: Capitalismo progressista para uma era de descontentamento*. Lisboa: Bertrand Editora.
- The Economist (2012). Megachange: The World in 2050. *The Economist Newspaper*.
- Valá, S. C. (2022). Crise Económica, Instituições Financeiras e Oportunidades para a Mudança: O Caso da BVM, Moçambique. In: C. Castel-Branco, R. Ali, S. Chichava, S. Forquilha, & C. Muianga (eds.). *Desafios para Moçambique 2022*. Maputo: IESE. pp. 493–525.
- Valá, S.C. (2017). *Desenvolvimento Endógeno no Moçambique em Transformação*. Maputo: Escolar Editora.
- Valá, S.C. (2009). *Desenvolvimento Rural em Moçambique: Um desafio ao nosso alcance*. Maputo: CFM & MPD.
- Valá, S.C. (2021a) *Economia Globalizada & Paradoxos de Desenvolvimento: Reflexões Inconclusivas*. Maputo, Escolar Editora.
- Valá, S.C. (2019). *Economia Moçambicana numa Encruzilhada?: Políticas Económicas, Bolsa de Valores e Desenvolvimento Territorial*. Maputo: Escolar Editora.
- Valá, S.C. (2021b). Globalização Económica e Desafios do Desenvolvimento Humano em Contexto de Crise em Moçambique. In: J.J. Macuane & M. Siúta (eds.). *Desafios para Moçambique 2021*. Maputo: IESE. pp. 241–269.
- Wallace, P. (1999). *Agequake. Riding the demographic Rollercoaster: Shaking Business, Finance and Our World*. London: Nicholas Brealey Publishing Ltd.
- Wolf, M. (2008). *Por que funciona a globalização: Em defesa de uma economia global de mercado*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.